

Sarney tira as estatais da conversão da dívida

14 OUT 1988

O presidente José Sarney experimentou ontem, pela última vez, o gosto de assinar decretos-leis, proibidos pela nova Constituição que será promulgada amanhã. Para prolongar esse privilégio, Sarney fez até serão: ficou depois da hora em seu gabinete, reunido com seis ministros, técnicos e assessores jurídicos, assinando tudo o que conseguiu (ou deu tempo). A pressa tinha uma razão: os decretos deveriam ir imediatamente para o "Diário Oficial", para serem publicados hoje, último dia de prazo. Amanhã, o "Diário Oficial" publicará ~~unicamente~~ o novo texto consti-

JORNAL DA TARDE

tucional. Quinta-feira, eles não terão mais validade.

Um dos decretos de ontem à noite proíbe as empresas estatais de realizarem conversão informal de suas dívidas no mercado. Agora, segundo determina o decreto-lei, as estatais somente poderão liquidar os seus débitos externos através da realização de depósitos no Banco Central, não podendo mais negociar essas dívidas com terceiros, usufruindo de descontos.

A medida, segundo explicação concedida pelo assessor para assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio

Amaral, tem como objetivos básicos coibir as operações de subfaturamento praticadas por exploradores (registro na Cacex de valor exportado inferior ao recebido, de fato, pela empresa) a esfriar o mercado paralelo do dólar no País, fazendo com que a diferença entre o câmbio paralelo e o oficial seja reduzida.

Com a retirada das estatais do mercado secundário de conversão de dívida externa, disse Amaral, o mercado paralelo vai esfriar e o subfaturamento diminuir, o que contribuirá para evitar perturbações na economia e preservar o crescimento das

reservas internacionais do País. A proibição, naturalmente, explicou Amaral, não atinge as empresas privadas.

Antes da decisão de ontem, a expectativa do governo era a de que se verificasse no País uma conversão informal de dívida externa no valor aproximado de US\$ 2 bilhões, número que será substancialmente reduzido com a saída das estatais desse mercado.

Nos últimos dias, para aproveitar as facilidades da atual Carta, Sarney dedicou-se a uma verdadeira batalha contra o

Externo
relógio, assinando decretos-leis abrangendo praticamente todos os setores da administração pública. Assim, como a nova Constituição vai extinguir o Conselho de Segurança Nacional, Sarney criou a Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional, órgão autônomo, vinculado à Presidência da República; concedeu aumento salarial aos militares; reformulou a estrutura administrativa de vários ministérios; autorizou contratações de pessoal sem concurso público e transferiu os bens da União na ilha de Fernando de Noronha para a Aeronáutica.